

ARQUEOLOGIA EM PORTUGAL

2017 – Estado da Questão



ASSOCIAÇÃO
DOS ARQUEÓLOGOS
PORTUGUESES

Coordenação editorial: José Morais Arnaud, Andrea Martins
Design gráfico: Flatland Design

Produção: Greca – Artes Gráficas, Lda.
Tiragem: 500 exemplares
Depósito Legal: 433460/17
ISBN: 978-972-9451-71-3

Associação dos Arqueólogos Portugueses
Lisboa, 2017

O conteúdo dos artigos é da inteira responsabilidade dos autores. Sendo assim a Associação dos Arqueólogos Portugueses declina qualquer responsabilidade por eventuais equívocos ou questões de ordem ética e legal.

Desenho de capa:

Levantamento topográfico de Vila Nova de São Pedro (J. M. Arnaud e J. L. Gonçalves, 1990). O desenho foi retirado do artigo 48 (p. 591).

Patrocinador oficial



REFLEXÕES EM TORNO DA JAZIDA ARQUEOLÓGICA TORRE VELHA 1 E A SUA RELAÇÃO COM O ESPAÇO E DINÂMICAS OCUPACIONAIS ENVOLVENTES

Teresa Ricou Nunes da Ponte¹

RESUMO

Neste artigo analisamos alguns sítios arqueológicos espacial e cronologicamente afins das ocupações detetadas na *villa* romana de Torre Velha 1, ao longo da sua diacronia que ilustram distintos tipos e modelos de povoamento.

Palavras-chave: *Villa*, Necrópole, Território.

ABSTRACT

In this article we analyze some archaeological sites spatially and chronologically related to the occupations detected in the Roman villa of Torre Velha 1, along its diachrony that illustrate different types and models of settlement.

Keywords: *Villa*, Village, Necropolis, Territory.

1. IMPLANTAÇÃO GEOMORFOLÓGICA

Implantado no interior do Baixo Alentejo, o concelho de Serpa engloba a vasta superfície de terras aplanadas características do relevo de Portugal Meridional (Feio, 1987, p.11). Os solos, no geral, profundos e pesados derivam de rochas eruptivas básicas, do complexo gabro-diorítico da região de Beja, ricos em fósforo, contendo elevadas proporções de argila - os «barros» e por isso de elevada produtividade.

No interior do concelho podem ser individualizados três espaços geomorfológicos distintos: o primeiro diz respeito às terras de barros e envolve a vila e o seu termo mais imediato; o segundo compreende os relevos de solos magros xistosos da assim designada Serra de Serpa a sul do Guadiana entre o rio Chança e o Guadiana e o terceiro é definido pelo relevo residual formado por três cristas paralelas de calcário metamórfico, com orientação hercínica de NNW-SSE que se estendem desde a fronteira, constituindo a Serra de Ficalho (EIA, Bloco Sul do Subsistema de Rega do Ardila, 2008: 12). Enquadra-se geologicamente, na unidade morfoestrutural mais

antiga do território Português – o maciço Antigo ou Hespérico, e mais concretamente na transição da Zona de Ossa Morena, com a zona Sul Portuguesa, duas das principais unidades geotectónicas, em que se subdivide o Maciço Hespérico. A maior parte da área situa-se sobre rochas metamórficas (xistos, micaxistos, vulcanitos e mármore) e ígneas (gabro-dioritos, pórfiros, granitos e vulcanitos), de idade pré-câmbria a paleozóica (EIA, Bloco Sul do Subsistema de Rega do Ardila, 2008: 11)

Na zona do vale da Ribeira da Laje, onde se implantou o encosto da Barragem da Lage, no alinhamento do eixo da barragem, observa-se um estreitamento localizado do vale, ligeiramente assimétrico, que evidencia inclinações ligeiramente superiores na encosta da margem esquerda. Estas inclinações resultam do facto de nesta margem se localizar um esporão rochoso constituído por intrusões filonianas (rio-dacíticos e doleríticos), enquanto na margem direita ocorrem essencialmente granodioritos decompostos a muito alterados (Projecto de Execução do Adutor Brinxes-Enxoé e respectivo Bloco de Rega; Coba-Prosistema, 2008).

1. Bolseira de Doutoramento, FCT/CEAACP; teresaricou_2@hotmail.com

A nível hidrológico o Guadiana destaca-se como o curso de água mais importante do concelho, bem como alguns dos seus afluentes como a Ribeira do Enxoé e seus subsidiários actuando ao longo das épocas como elementos estruturantes do povoamento, (Lopes *et alii*, 1997, p. 17). Tal confirma-se na área do traçado da Ribeira da Laje, agora em estudo, onde floresceu uma rede densa de povoamento de época romana e medieval, e se vislumbra uma hierarquização do povoamento, organizado em torno de centros redistribuidores de produtos e locais de produção que aglutinavam à sua volta sítios satélites, com funcionalidades distintas e complementares (Nunes da Ponte, 2010, 15). Esta densa rede de povoamento é perceptível desde o período romano, com claras continuidades até ao período Islâmico, ainda que obedecendo a dinâmicas e lógicas funcionais, muito distintas, nesta «*longue durée*».

2. INTRODUÇÃO

A uma escala microrregional os sítios inventariados, no regolfo da Barragem da Laje e suas imediações, objecto de sondagens ou escavações arqueológicas, no âmbito do EFMA, foram os seguintes: Torre Velha 1, Torre Velha 7, Torre Velha 3, Torre Velha 11, Torre Velha 13 e Torre Velha 5. Todavia os sítios que forneceram informações relevantes para a contextualização de Torre Velha 1, foram Torre Velha 3, para o período Tardo – romano, alto-medieval e emiral; Torre Velha 13 para o período Imperial e Baixo-Império, Torre Velha 11 para o período Imperial e Islâmico e Torre Velha 7 para o Baixo -Império, tardo-romano. No que respeita ao sítio Torre Velha 1 e as épocas cronológicas em que se insere, período romano, tardo-romano / alto medieval e Islâmico, as distintas intervenções arqueológicas realizadas, por toda a área abrangida pelo regolfo da barragem, permitiram identificar uma quantidade significativa de sítios cujas características materiais levam a inseri-los neste mesmo intervalo cronológico de tempo longo. Será sobre alguns desses sítios que nos iremos debruçar. Um aspecto a destacar é a da aparente continuidade de ocupação do mesmo espaço (ainda que com características muito distintas), entre época romana e medieval, podendo em alguns destes sítios observar-se a coexistência de cerâmicas enquadráveis num período tardo-romano, com outros recipientes cerâmicos cujos perfis encontram já paralelos no período alto medieval e emiral, como são os casos da Torre

Velha 1 e Torre Velha 3, ou entre o período romano e os séculos XI-XII em Torre Velha 11, ou sítios cuja natureza, funcionalidade e relação de proximidade indicam tratarem-se de espaços complementares na exploração do território, como é o caso do edifício de Torre Velha 7, em relação a *villa* de Torre Velha 1. No que se refere aos espaços funerários enquadráveis nesta época, identificaram-se dois modelos distintos: um de necrópole alargada e isolada, Torre Velha 13, relacionada com a as fases de funcionamento da(s) *villae* romanas de Torre Velha 1 e um outro espaço de necrópole associado a um modelo de habitat, de cronologia Tardo-antiga e Emiral, correspondente ao sítio Torre Velha 3.

3. VILLA DA TORRE VELHA 1

O sítio arqueológico da Herdade da Torre Velha, CMP 533 e 523, com as coordenadas U.T.M 630.40, 4203.20, implanta-se em uma suave ondulação do terreno orientada E-O, oscilando as cotas reais entre os 181,7 m (topo da elevação) e os 166 m, enquadrada pelo Barranco da Laje a Oeste e o Barranco da Amoreira a Este, (afluentes da Ribeira do Enxoé) os vestígios dispersam-se à superfície, ao longo de cerca 2,5 hc.

O local é identificado na Carta Arqueológica do Concelho de Serpa, com o número 129 sob a designação de villa romana da Torre Velha (Lopes *et alii*, 1997, p. 50, 55 e 56). Posteriormente surge designada no EIA da Barragem da Laje como Torre Velha 1, com a numeração 131, designação que adoptamos.

Em período romano a fixação deste tipo de estabelecimento (*villa*), neste local, terá sido determinada, sem dúvida, entre outros factores pela abundância de água, pela qualidade dos solos e pela proximidade da via de comunicação que ligava a *civitas* de Pax Iulia a Onuba. De facto, um dos traçados proposto para esta via entre as *mansiones* de Fines e Serpa (duas das estações, mencionadas no Itinerário de Antonino do percurso viário entre Arucci e Pax Iulia), tendo em conta a topografia do terreno, passa nas imediações da Torre Velha 1, provindo das *villae* das Coelheiras (nº 410), Abóbada (nº 212), Figueiras (nº 214), Meirinho (nº 285), Laje (nº 311), Maria da Guarda (nº309/310), Cidade das Rosas (nº 308), Santa Justa (nº 301), dirigindo-se para Serpa, donde continuava pela Bemposta (nº 363) até ao Guadiana (Lopes, 2004, p. 141; Nunes da Ponte, 2010). Por outro lado, a importância das linhas de água como

atractivos para o estabelecimento de *villae* romanas nesta zona já foi também sublinhada (Lopes *et alii*, 1997, p.138, Lopes, 2004), sendo essa importância acentuada pela existência de algumas barragens, que certamente serviram para irrigar algumas culturas (Lopes, 2004, p. 210).

O momento inicial da instalação da *villa* de Torre Velha 1, remontará aos finais do séc. I a. C, inícios do século I d. C. Construído ex-novo uma vez que não se encontraram precedentes ocupacionais pré-romanos no local documentou-se melhor, este momento inicial de instalação, nas intervenções de 2008 efetuadas pela empresa Palimpsesto. Nesta intervenção, na designada sondagem 1 escavaram-se vestígios de um edifício de planta quadrada com cronologia Imperial, ainda que continuamente ocupado e reformulado, ao longo de todo o período de vigência e ocupação humana do local, materializado na construção e posterior amortização de compartimentos, estruturas e na sucessão de pavimentos, constatada nas sondagens 1, 2, 3 e 4, (já da intervenção de 2010 a cargo da empresa Arkhaios), culminando com a abertura de uma série de fossas de despejos e suportes para talhas com cronologias, as quais em 2012 atribuímos ao período Califal (Nunes da Ponte, 2012, 233), mas hoje em face de um estudo aprofundado do espólio, estendemos pelo menos, até ao século XII.

Os momentos iniciais de instalação da *villa* são na restante área, sobretudo conhecidos ao nível do espólio, dadas as grandes alterações arquitectónicas que a *villa* sofreu integrada nas fases e edifícios posteriores de época tardo-romana, dificultando, ao mascarar estes primeiros momentos, o reconhecimento das suas características originais e fundacionais (Chavarria, 2007, p. 89). Mas é sobretudo, no século IV que se dão grandes alterações na morfologia e arquitectura do sítio. É de atribuir a este período a construção do que parece ser um segundo edifício, implantado a uma cota inferior, ao anterior, com funções de balneário.

O século IV d. C, na Hispânia é um século excepcional para o desenvolvimento e florescimento da arquitectura termal, associado a importantes *villae*, caracterizando-se por uma complexidade arquitectónica e planimétrica relacionada a luxuosos acabamentos e ornamentos (García Entero, 2005-05, p. 61). Comum a estes complexos, transformados desde finais do século III d. C. e ao largo do século IV d.C., é o papel predominante os seus espaços frios

assumem (*vestibula, apodytera, frigidaria*, etc.) que parecem converter-se em salas de recepção de uma elite aristocrática que reforça a sua coesão através, do uso de grandes complexos termas privados. A arquitectura balnear privada, transforma-se assim em um dos veículos da aristocracia tardo-romana para evidenciar a *dignitas*, estatuto social e riqueza do proprietário (García Entero, 2005-06, p. 62).

Porém será também desde finais deste século e, sobretudo, longo dos séculos V e VI d. C. que este tipo de instalações começam a sofrer uma série de transformações, abandonando o seu carácter termal para adoptar outro tipo de funções, quer sejam religiosas, funerárias ou produtivas (García Entero, 2005-06, p. 62), tendência que se vê confirmada, no caso apresentado. Esta reconversão funcional e a amortização dos espaços é um fenómeno que na Hispânia se começa a verificar ao longo do séc. IV e se generaliza ao longo dos séculos V e VI d. C. (García Entero, 2005-06, p. 63). Por outro lado, o estudo das *villae* na península ibérica e a análise da documentação relativa a outras áreas (principalmente Gália, Itália e Britânia, demonstram que não se tratou de um processo ou processos isolados, mas tal como se poderá constatar estas mudanças e alterações da funcionalidade original de espaços residenciais das *villae*, produziram-se de forma generalizada em um grande número de *villae* localizadas na metade ocidental do império (Chavarria, 2007, p. 121).

Do exposto, a partir do período tardo-antigo a *villa* mantém-se ocupada, mas existe uma aparente retracção na área residencial com uma reconversão das zonas anteriormente ocupadas com carácter de lazer e higiene, assumindo novas funções de carácter produtivo, fenómeno ilustrado com um dos *alveus* do edifício termal, o qual é inutilizado e no seu lugar construído um forno. Em meados dos séculos VI-VII, eventualmente VIII, o forno é abandonado. Relacionado com este fenómeno será a amortização do *frigidarium* e a sobre-elevação dos antigos espaços de circulação. Sobre estes níveis registou-se a presença de níveis de circulação, com materiais com paralelos, por exemplo em jazidas do Alto Algarve oriental datadas entre os séculos V-VIII d. C e do século IX (Catarino, 2005-06, 120) e no sítio vizinho de Torre Velha 3, com o qual apresenta neste período, grandes afinidades em termos de espólio, registando-se formas e fabricos semelhantes (Vaquerio, 2015). O sítio continua a ser ocupado pelo menos até ao século XII, com uma dinâmica funcio-

nal muito diferente, instalando-se aqui uma possível alcaria.

4. TORRE VELHA 3

Torre Velha 3 implanta-se no local, onde hoje em dia se situa o encosto Oeste da barragem da Laje, em um cabeço de encostas suaves e vertentes aplanadas, contornado a Nascente e a Norte pela Ribeira da Laje. Aqui se escavou uma área com cerca de 13 mil m², a qual permitiu um primeiro vislumbre às distintas ocupações cronológicas e funcionais da área. A par de ocupações do período Calcolítico, Idade do Bronze ou Idade do Ferro, destacam-se as ocupações Tardo antigas e Emirais do sítio, pelo reconhecimento a nível local de um fenómeno extensível a outras zonas da Península Ibérica e mundo europeu.

O aparecimento de um sítio Tardo-antigo e Alto-medieval com as características de Torre Velha 3 insere-se num novo modelo de povoamento baseado no aparecimento de jazidas de carácter camponês e núcleos populacionais que se originam em meados do século VI e se desenvolvem ao longo do século VII e VIII, em vários pontos da península (Roig Buxo, 2009, p. 209; Vigil-Escalera, 2003, 2007, 2010). Este tipo de povoamento vem substituir o modelo de povoamento rural Baixo-Imperial baseado nas *villae* residenciais e produtivas, que paulatinamente vão sendo abandonadas ou os seus antigos espaços residenciais reconfigurados assumindo novas facetas (funerárias, produtivas, habitacionais) como é o caso da *Villa* Torre Velha 1, mantendo-se todavia ocupada simultaneamente ao sítio de Torre Velha 3, do qual dista aproximadamente em linha recta cerca de 500m.

Apesar do abandono das *villae* enquanto residência dos *dominus*, a presença de uma jazida com as características de Torre Velha 3, poderá significar que a propriedade em si manteve-se em funcionamento e os trabalhadores da mesma, talvez descendentes dos camponeses que trabalharam nas *villae* nos momentos de seu maior esplendor, seguem considerando as antigas *villae* como um ponto de referência. É também possível que as alterações e transformações arquitectónicas e funcionais que se detectam nos edifícios residenciais, sejam obra destas mesmas pessoas. Ou seja, ainda que os pontos de habitat possam ser distintos (mas muito próximos), existe permanência na ocupação dos espaços agrícolas, existindo uma ruptura, esta processa-se ao nível não da localização

dos novos pontos de habitat mas a nível do modelo e da organização deste mesmo habitat (Arino Gil, 2006, p. 333). Mais o fenómeno do desaparecimento das *villae* enquanto residência senhorial e aristocrática e a sua substituição por novos modelos de povoamento e formas de habitar está bem documentado, em pelo menos toda a metade ocidental do Império, em um processo generalizado, cujas variações admitidas concernem a questões de cronologia (Arino Gil 2006, p. 333).

Em Torre Velha 3, juntamente com outros contextos e níveis da Antiguidade tardia de cariz doméstico, onde predominavam fossas, silos, (alguns com deposições de animais e humanos no seu interior) e fundos de cabana (Vaqueira, 2015), surgiu um cemitério de inumação, ou pelo menos com características distintas do anterior espaço de enterramento conhecido neste espaço de época Imperial, relacionado com Torre Velha 1: o sítio Torre Velha 13, (que mais adiante desenvolveremos) em termos de tipologia de enterramento, orientação, espólio e finalmente pela sua associação a estruturas e elementos de cariz funcional distinto do «simplesmente» mundo funerário (Alves, *et alii*, 2014, p. 5). Esta área funerária tardo-antiga, escavada apenas parcialmente, revela distintas tipologias de enterramento, orientações e tradições de inumação, entre sepulturas simplesmente escavadas na rocha, (com ou sem cobertura), estruturadas lateralmente com recurso a material laterício e /ou a elementos pétreos reaproveitados do sítio vizinho de Torre Velha 1, podendo corresponder a pelo menos dois momentos cronológicos diferenciados: V-VII e VIII-IX (Alves, *et alii*, 2014, p. 5). Este último momento relacionada já com a ocupação emiral de Torre Velha 3.

4.1. Torre Velha 3, Tipologia de enterramentos

Dentro da Antiguidade Tardia, coexistem três tipos de enterramento distintos: em fossa; covacho rectangular simples de topos arredondados e sepulturas constituídas, com uma caixa rectangular pétreo ou cerâmica, com ou sem cobertura (Costeira, *et alii*, 2009, p. 18; Alves *et alii*, 2014), podendo assumir algumas destas sepulturas, nomeadamente as construídas com fiadas de lateres dispostos ao alto, uma morfologia trapezoidal.

Do segundo tipo de enterramento escavado: covacho rectangular simples com os topos arredondados, escavaram-se, desta cronologia, 16 inumações simples e 2 inumações com associação a redução/

ossário. Nestes dois últimos casos observou-se que o comprimento das sepulturas era superior ao necessário para a deposição do inumado, atendendo à sua estatura (Costeira, *et alii*, 2009, p. 20). Esta discrepância entre estatura dos inumados *versus* dimensão das sepulturas, segundo os autores, poderá ter duas explicações: ou as inumações reaproveitaram um espaço pré-existente ou poderá relacionar-se com funções rituais, como rituais de comensalidade da Antiguidade Tardia os quais devido à natureza dos vestígios (géneros alimentícios) não terão deixado testemunhos no registo arqueológico (Costeira, *et alii*, 2009, p. 20). Os inumados foram depositados em decúbito dorsal, orientados de Noroeste para Sudeste e nos casos melhor conservados foi possível verificar que os membros superiores se encontravam flectidos com as mãos sobre a pélvis (Alves *et alii*, 2013, p. 1935).

O terceiro tipo de enterramento diz respeito ao covacho rectangular estruturado com elementos de construção, formando caixas sepulcrais com elementos cerâmicos de construção ou elementos pétreos de natureza diversa (Costeira *et alii*, 2009, p. 23). Este tipo de enterramentos, por vezes possuem ou não cobertura e/ou base, registando-se duas variantes: só com lateres (3 casos) ou com material laterício e pedras (Idem, *ibidem*). Neste tipo de sepulturas predomina a orientação O-E. Registe-se, também a ausência de reduções/ossários e de espólio funerário. É ainda referida a presença de fragmentos de cerâmica de contenção, dentro dos elementos de cobertura das inumações (Costeira *et alii*, 2009) algo habitual em necrópoles deste período com cronologias que abarcam desde o final do século IV ao final do século VI, princípios do VII (Carmona Berenguer 1990, p. 156), nomeadamente em *El Ruedo* (Almedinilla, Córdoba), ou em *Alcalzar de Henáres e Duraton* (Carmona Berenguer, 1990, p.159). De registar que os enterramentos se encontravam em decúbito dorsal (Alves, *et alii*, 2013, p. 1943).

4.1.1. Enterramentos em Fossa

Quanto as inumações em fossa correspondem a reutilizações de estruturas negativas cuja função primária, de acordo com os autores da intervenção (Costeira *et alii*, 2009, p. 18) seria doméstica (armazenamento de produtos agrícolas), detectaram-se em seis estruturas negativas tipo fossa. Mais tarde, essa contagem foi corrigida para sete elementos (Alves, *et alii*, 2014, p. 204; Vaqueira, 2015, p. 41). As

fossas, de formato em U, oscilam em cerca de 1,50-2 m de profundidade e o diâmetro de abertura entre 1 m -1, 5 m (Alves, *et alii*, p. 1946).

De acordo com os autores da escavação, neste tipo de inumações, a ausência de um padrão relativo as orientações das inumações é norma. Quanto à posição dos enterramentos, os cadáveres maioritariamente foram depositados em decúbito dorsal, ainda que se registem casos em decúbito lateral (direito ou esquerdo) e decúbito ventral (Idem). A deposição dos inumados denota o cuidado na colocação dos cadáveres, à excepção dos indivíduos das fossas [2400] e [2579], (Alves, *et alii*, 2013, 1247). Na primeira, o individuo parece ter sido simplesmente atirado, para logo de seguida a estrutura ser colmatada com depósitos sedimentares, repletos de lixo doméstico (idem). Mas de uma forma geral a maioria das inumações denota um certo cuidado e desvelo na colocação do morto.

Dentro desta tipologia, destaque-se o aparecimento, de um enterramento múltiplo, com vários indivíduos e reduções (Alves *et alii*, 2013,1247), com a particularidade de ter sido depositado sobre o sedimento orgânico que cobre as inumações a u.e. [2455], um equídeo em decúbito ventral, encostado às paredes da fossa, no qual, junto ao pescoço do animal, depositaram um elemento pétreo que impede o crânio do animal tombar para o centro da fossa (Alves, *et alii*, 2009; 19). Esta fossa com quatro enterramentos, dois depositados em decúbito lateral esquerdo e posição fetal (Alves *et alii*, 2013, 1950), uma redução/ossário e um equídeo, poderá demonstrar, a nível do ritual, influências germânicas e poderá estar relacionada com enterramentos de personagens de carácter excepcional e alto estatuto (Annaert, 2007 p. 91). No entanto, a presença de carcaças completas de animais em fossas associados a restos humanos e inumações completas é um dado bem conhecido em ocupações deste período, desde *Can Gambus* 10u *Els Mallols* (na Catalunha), com datações compreendidas entre os séculos VI-VIII d. C. Nestes casos os animais em questão associados às inumações são cães, gatos, ovelhas, leitões e um crânio de um bovino (Vigil-Escalera, 2013, p. 14). Na região de Madrid provenientes de *El Pelicano*, *Gózquez* ou *Congosto* registam-se situações similares, de posição em fossas com maior ou menor grau de desvelo na colocação dos cadáveres, com ou sem manipulação de enterramentos anteriores, associadas à deposição de fauna doméstica (Vigil-Escalera, 2013, p. 19).

A sepultura/fossa possui, ainda, associada à inumação [1492], uma espécie de estruturação², pois, dispostos ao alto, encostado a parede de limite Oeste da «fossa» [2440], são visíveis *imbrices e tegulae*, cuja morfologia e disposição, se assemelham à cobertura de algumas das sepulturas islâmicas, presentes no local e em necrópoles islâmicas do período emiral, nomeadamente da zona de Mérida (Alba, 2011, p. 44). De salientar que dos níveis de enchimento desta estrutura negativa é proveniente um aplique de fecho de cinturão, de formato rectangular com 3 cm de comprimento e 2,5 cm de largura e 0,1 cm de espessura (Alves *et alii*, 2013, p. 1959; Vaqueira, 2015, p. 101). A peça é decorada, em uma das suas faces com elementos triangulares, puncionados, organizados em linhas horizontais, que alternam com zonas em branco, assemelhando-se a placas exumadas na necrópole da Silveirona II em Estremoz e a peças provenientes de necrópoles da região de Granada (Alves *et alii*, 2013, p. 1959; Vaqueira, 2015, p. 101), com cronologias a rondarem os séculos VI-VII d. C.

No que concerne à carcaça animal aqui depositada, a presença de enterramentos de equídeo, no seio de necrópoles neste período, concentra-se no mundo insular, escandinavo, germânico e o Este da Europa. No Norte da Gália e na margem esquerda do Reno estão apenas modestamente representados (Olivier Putelat, 2015, 635). Atribui-se-lhe um significado simbólico, baseado no carácter psicopompo da montada, sublinhando o seu aspecto ostentatório, ocupando o cavalo um lugar privilegiado no seio da simbologia e das crenças germânicas (Putelat, 2015, 635), pois a oferta funerária de um cavalo, tem consigo implícita a ideia de oferecer ao morto um guia para a sua vida do além (*idem*). Contudo como acima referimos este tipo de depósitos (carcaças animais) é frequente em contextos similares, um pouco por toda a área geográfica da actual Europa, nesta cronologia e tipos de contextos.

Este tipo de inumações extra-cemiteriais, em silo ou «depósitos especiais» (como já foram designadas), de carácter e significado polissémico, poderão estar relacionadas com formas de exclusão social no seio

2. Não concordamos com os autores da escavação quando afirmam que os enterramentos humanos «... foram de alguma forma atirados para o interior da estrutura negativa, como deixam entender (segundo os autores) os elementos de cerâmica de construção (*tegulae e imbrice*) que se amon-toam com estes restos humanos (Alves, *et alii*, 2013, 1948)».

da própria comunidade aldeã ou camponesa (Vigil-Escalera, 2013a, p. 11-31), que aqui se estabeleceu. Nos casos conhecidos observa-se, uma clara graduação entre as sepulturas localizadas fora da área cemiterial, desde as que obedecem a todos os preceitos arquitectónicos, tipológicos ou de ritual funerário que caracterizam as inumações dos membros da comunidade, até às mais extremas assimiláveis às de alguns animais domésticos, as quais poderiam materializar a presença de indivíduos ou famílias não livres, no seio da comunidade (Vigil-Escalera, 2013, 30). Assim, este tipo de inumações (extra-cemiteriais), em todas as suas diversas variantes: enterramentos isolados, enterramentos em fossa, poderá ser entendido como um conjunto de práticas efectuadas por aqueles que foram excluídos socialmente, privados de utilizar o espaço de representação, por excelência da comunidade: o cemitério (*idem*).

Todavia, no caso agora em estudo, é dos níveis de enchimentos, de alguns destes enterramentos em fossa, que procede o espólio mais significativo, associados às inumações tardo-antigas, a já referida placa de cinturão decorada e a presença de um brinco em bronze com aro aberto, de extremo apontado e no lado oposto um remate de configuração geométrica, decorado através de moldura ou arestas dispostas na horizontal, proveniente da estrutura negativa [2224], associado a um segundo enterramento em fossa, a u.e. [2049], depositado em decúbito dorsal (Alves *et alii*, 2009). Este tipo de brincos são adereços de inequívoca tradição romana começando a ser detectados em necrópoles do séc. IV, tendo conhecido notável expansão em meados do século VI d. C (Arezes, 2013, 121). Brincos idênticos ao agora em questão detectaram-se, por exemplo, na necrópole da Abuxarda, Cascais (Arezes, 2013), na Silveirona II em Estremoz, com datação compreendida entre os séculos V-VII (Wolfram, 2004, 239). Também em Serpa, nas jazidas de Montinhos 6 e Loja 5 recolheram-se exemplares muito semelhantes, enquadrados no mesmo intervalo temporal (Arezes *et alii*, 2012, 1920).

Tal como em outras jazidas de cronologias semelhantes da região de Madrid, tais como *Congosto*, ou *El Pelicano*, em Torre Velha 3, este tipo de fossas ditas «depósitos especiais» localizam-se não em uma área funerária individualizada, mas no seio do grupo de estruturas de armazenamento, com carácter doméstico e das estruturas residenciais espalhadas um pouco pela área (Vigil-Escalera, 2013, p. 21),

ainda que por vezes existam sepulturas de tipologia distinta nas suas proximidades.

4.2. Espaços domésticos, de Armazenamento, Produtivos e Artesanais

Os contextos funerários identificados na área de Torre Velha 3 inserem-se num assentamento rural de carácter mais vasto, com uma diacronia na ocupação do espaço desde o séc. V-VI até seguramente o século IX, em pleno período emiral. Um assentamento de carácter aberto e estável, cuja localização em suave ladeira, não parece assumir critérios de domínio ou de visibilidade frente ao território circundante. A sua implantação dever-se-á, a critérios de proximidade sobre as parcelas agrícolas exploradas (Vigil-Escalera, 2010, p. 280) e à facilidade de obtenção de água, para a criação de hortas e pastos regados, com um mínimo possível de investimento e esforço. A sua população dedicar-se-á, entre outras actividades, a uma agricultura baseada no cultivo do cereal, como o demonstra a existência numerosa de silos deste período na jazida (Alves *et alii*, 2014, Vaqueira, 2015, p. 41), cerca de 143 elementos, e a presença de mós nos níveis de enchimento de algumas destas estruturas (Idem).

Este tipo de jazidas poderão assumir um carácter extensivo devido às deslocações e sucessivas reconstruções das diferentes unidades domésticas que compõem estes núcleos, segundo ciclos geracionais de deslocação, chegando atingir os 10 hc, tais como a aldeia de *Gózquez* (Vigil-Escalera, 2013b). Infelizmente de Torre Velha 3 apenas se escavou cerca de 13000 m², tornando difícil uma interpretação mais fina respeitante ao sítio e à sua inserção, por exemplo na categoria de aldeia ou de granja. Do que parece não existir dúvidas é de que as realidades identificadas correspondem a unidades domésticas, com mecanismos independentes de gestão estratégica das suas reservas de cereal (Vigil-Escalera, 2013b, p.201), materializadas quer nas estruturas negativas de tipo fundo de cabana de distintas tipologias, associadas, ou não, a construções com embasamento em pedra e alçados em tapial e adobe com cobertura de telhas: o designado ambiente II, com dois momentos distintos de reformulação do espaço que sucede a um primeiro edifício³ (Alves *et alii*, 2009, p. 34; Vaqueira, 2015, p. 43), quer aos inúmeros si-

3. As estruturas positivas identificadas designadas Ambiente I e II pertencem já aos momentos mais tardios da ocupação do sítio designadamente as fases AII-A-AIIB (Vaqueira,

los, buracos de postes, lareiras estruturas artesanais (fornos, com pelo menos 3 elementos identificados) e produtivas (entre as quais se encontra um lagar Ambiente I⁴), para além de possíveis poços, dispersas pela área escavada.

A identificação do espaço sepulcral, cemitério seria um argumento irrefutável em termos da sua inserção em uma categoria ou outra, mas infelizmente a informação é demasiado parcial para que possamos concluir com certeza se realmente este existe enquanto espaço diferenciado, ou se assume um carácter mais disperso. Os autores da escavação referem para o período tardo-antigo a existência de pelo menos 4 áreas de concentração de sepulturas, sendo que duas delas poderiam corresponder à mesma, no ponto mais elevado do cabeço, composta por 9 enterramentos (Alves *et alii*, 2014, p. 1249), enquanto as terceiras e quartas áreas de concentração de sepulturas se implantam a cotas mais baixas e constam de 11 sepulturas (Idem). Finalmente referem ainda que terão detectado os limites Este e Oeste de uma necrópole aparentemente extensa, a qual se deveria prolongar para Norte (Idem), ou seja apesar de referir, para este período, a existência de 4 áreas de concentração de sepulturas, no final referem que estes 4 núcleos pertenceram a uma necrópole mais extensa. Assim, sendo no campo das hipóteses a dúvida persiste e perante a constatação da existência destas pequenas áreas de concentração de sepulcros dispersos pelos vestígios identificados, leva-nos no momento, a não excluir liminarmente a possibilidade de Torre Velha 3 se inserir na categoria de uma granja e não de uma aldeia. Realce-se que os méto-

2015, p. 43), de época emiral (Vaqueira, 2015), contemporâneos portanto dos enterramentos emirais aí identificados e escavados pela equipa da Palimpsesto.

4. O ambiente I corresponde a uma construção rectangular em alvenaria, revestida a *opus signinum*, implantado no topo do cabeço, bastante próximo do Ambiente II. Dada a ausência de vãos de acesso, os autores da escavação propõem uma função como tanque de armazenagem das águas pluviais (Idem) ou de quaisquer outros líquidos, na nossa opinião, e afastada a função cultural, relacionados com o desenvolvimento de actividades produtivas (Nunes da Ponte, 2010). Recentemente no âmbito de uma tese de mestrado equaciona-se novamente, a hipótese desta estrutura hidráulica se relacionar com actividades produtivas (Vaqueira, 2015, p. 119), mencionando a autora as similitudes com o designado edifício E6 de *Gózquez de Arriba*, uma construção de planta rectangular, interpretado como uma prensa (Vigil Escalera, 2009, p. 211).

dos da foto interpretação aplicados em uma análise de macro escala que permitiu visualizar não só o sítio, mas também a sua evolvente geográfica, revelou que as estruturas se parecem estender ao longo de cerca de 200 000 m² (Costa *et alii*, 2014, p. 238).

De registar que alguns dos contextos funerários, sepulturas em covacho e em fossa, detectados sobrepõem-se a níveis de aterro, estruturas habitacionais e silos de momentos anteriores, nomeadamente as sepulturas [1209 e 813], bem como os enterramentos em fossa [2400 e 2579] (Alves *et alii*, 2014, 1949), indiciando a existência de várias fases de ocupação do local, numa dinâmica comum a estabelecimentos rurais deste tipo.

De acordo com os autores da intervenção a cronologia de abandono e amortização de algumas destas estruturas negativas⁵, poderá atendendo aos fragmentos de LRC recolhidos remontar aos finais do século V-VI d. C (*terra sigillata* Foceense, PRS ou LRC) em formas correspondentes a pratos, todos com decoração em *guilloché*, predominando a forma 3 de Hayes (PY, 1993, p. 502-503), a forma mais representada nos sítios do actual território português (Viegas, 2003, p. 205). São também dignos de registo a presença de terra sigillata clara D, datadas quer do século IV, quer de finais do V, inícios do séc. VI d. C, decorados com um reportório estampilhado, o qual remete a motivos cristãos (Alves *et alii*, 2014, p. 206). Essa cronologia (V-VI d. C) poderá fazer sentido, para os momentos iniciais de instalação no sítio e não a sequência por estes proposta, com uma primeira instalação dos séculos III e IV d. C (Alves, *et alii*, 2014, p. 208), baseados na presença de TSH (*Dragendorff* 36), ânforas de fabrico lusitano de tipo Almagro 50 e Almagro 51 C e de um numisma: uma majoriana, atribuída ao imperador Magno Máximo (*idem*) datada de finais do séc. IV (*idem*), que consideramos como elementos residuais provenientes da *villa* vizinha de Torre Velha⁶.

5. Isto é se não considerarmos como elementos residuais, designadamente as realidades onde estas foram identificadas.

6. No mesmo sentido vai a presença de elementos arquitectónicos reutilizados (*spolia*) na amortização de algumas das estruturas negativas escavadas silos e fossas, bem como na construção das sepulturas destaquem-se os fragmentos de colunas em mármore (2 exemplares), um fragmento, também em mármore, de uma base de coluna, dois fragmentos de frisos em mármore e a presença de dois ornamentos em mármore, não especificados (Costeira *et alii*, 2009, p. 74).

Por outro lado, ao datarem um segundo numisma que surgiu sobre um piso do momento mais antigo de ocupação do ambiente II, do séc. VI d. C (Alves *et alii*, 2014, p. 209) não enquadram correctamente a cronologia de construção deste momento, cuja cronologia foi revista por Lígia Vaqueira em 2015, com o reconhecimento do numisma enquanto um *félus* de cronologia emiral (Vaqueira, 2015, 123). Assim, em relação ao Ambiente II esta autora propõe que estejamos perante o ilustrar do processo de transição de uma estrutura habitacional monocelular polivalente para um espaço compartimentado em duas divisões. Ou seja, um processo transicional entre uma habitação monocelular típica do período visigodo, para uma casa policelular característica de época emiral (Vaqueira, 2015, 123). Esta autora sugere em termos de faseamento destas construções a sítio a existência de pelo menos três fases, sendo que a segunda fase, datada entre os finais do séc. VII e a segunda metade do século VIII, corresponde à construção do edifício AII-C, onde se recolheu o referido numisma e finalmente um terceiro momento (segunda metade do séc. VIII, ao século IX, que coincide com a destruição/remodelação do edifício AII-C e a construção de AII-A e AII-B (Vaqueira, 2015, p. 122), certamente contemporâneo da necrópole emiral aí escavada e a qual permanece inédita.

5. INSTALAÇÕES AGRÍCOLAS E PRODUTIVAS: TORRE VELHA 7

Torre Velha 7 implanta-se a meia encosta, virado a Oeste, na margem direita da Ribeira da Laje e surge classificado em sede de Recape, como um pequeno sítio de época romana, onde numa área bastante restrita se identificou uma concentração de material de construção romana. O sítio foi escavado em duas fases, cujas intervenções correram a cargo de duas empresas distintas; a primeira fase a cargo da empresa Palimpsesto e a segunda em 2010 a cargo da empresa Arkhaios. Refira-se que a escavação desta jazida foi condicionada pela escassa potência estratigráfica (0 a 40 cm em alguns locais), a qual condicionou a preservação de estruturas e níveis sedimentares arqueológicos, acentuados pelo tipo de solos magros e pela plantação em 2005 de um olival em regime intensivo. Pelo qual as camadas arqueológicas identificadas reflectem essa realidade. Conjugue-se com a percepção de que o sítio teve vários momentos de ocupação e remodelação de es-

paços ao longo do seu período de vigência, sem que estes tenham ficado claros ou bem caracterizados nas intervenções realizadas.

Desta forma identificou-se um conjunto de estruturas, as quais compunham um edifício, cuja planta não foi definida na totalidade, prolongando-se a instalação rural para além da área intervencionada. Do que foi possível escavar é visível um núcleo central formado por alinhamentos pétreos, que configuram distintos compartimentos rectangulares. É de salientar que uma breve análise aos paramentos das estruturas que configuram estes espaços, permite destringir diferenças a nível dos aparelhos e do tipo de ligante utilizado, o que indica a existência de fases diferentes de construção/reformulação do espaço deste (s) edifício(s).

Entre as estruturas reconhecidas destaque-se a presença de um tanque de forma rectangular revestido a *opus signinum*, com meia cana, com 3,85 m de comprimento por 2,00 m de largura (medidas do interior): a u.e. [2019], conservando apenas cerca de 20 cm de alçado conservado, associado a um segundo tanque semicircular: u.e. [1605], com 1,30 m de comprimento, por 1,60 m de largura e com alçado conservado em cerca de 0,50 cm. O fundo deste segundo tanque tinha um desnível de cerca de 0,70 cm, em relação ao piso actual do tanque rectangular [2019]. De salientar, no limite Sul do tanque [2019], no piso original a identificação de uma depressão, o qual de acordo com a autora da intervenção: «poderá corresponder a uma remodelação da estrutura para adaptar um mecanismo de decantação no momento da construção do tanque semicircular...» (Matos, 2009, p. 19). As características destas estruturas permitiram considerar que se estaria perante um sistema de decantação de líquidos, ou seja, o tanque rectangular [2019] funcionaria como receptor, enquanto o tanque semicircular [1605] seria interpretado como tanque de decantação, provenientes do tanque de recepção [2019] (ao qual se encontra adossado) e que prenuncia uma inclinação de cerca de 10cm (Idem). Este segundo tanque de feição circular, no fundo possuía uma depressão circular e sobre esta recolheu-se um *dolium* partido *in situ*, o qual corresponderia a um recipiente no qual seria armazenado o produto final proveniente da u.e [2019]. Esta estrutura poderá, ser interpretada como um *calcatorium*, de um lagar de vinho, ou seja um espaço de esmagamento de uvas e separação do mosto, espaço normalmente difícil de

identificar no registo arqueológico, pois para além de ser complicado destringir se estamos perante instalações de prensagem oleícolas ou vitivinícolas, (uma vez que ambas, por vezes, utilizam o mesmo sistema de prensagem), o próprio processo de pisar a uva poderá ser efectuada em recipientes de madeira, o que raramente deixa evidências a nível do registo arqueológico. Por outro lado, o elevado grau de destruição em que normalmente se encontram este tipo de estruturas pode levar a que sejam interpretadas, apenas como tanques de recepção e/ou de depósito.

A presença de alguns elementos técnicos construtivos poderão indicar que se trata de um *calcatorium*, pois são estruturas tecnicamente homogéneas, maioritariamente de forma rectangular que recorrem genericamente ao *opus signinum* e a elementos hidráulicos, como meias canas em *opus*, na junção do pavimento com as paredes de limite ou a poços de limpeza, de altura variável, geralmente com um orifício de saída para o mosto que liga directamente a um *lacus* de alvenaria, o qual surge a uma cota inferior (Pena Cervantes, 2009, 67), permitindo, assim, pelo sistema de pisar a uva e posterior decantação a recolha deste mosto e o processo de elaboração do vinho.

Esta descrição encaixa-se bem com o caso agora em estudo, se bem que, convém sublinhar, a adição do suposto *lacus* de forma semicircular, ao possível *calcatorium*, parece ser efectuada em uma fase posterior à construção deste primeiro tanque rectangular, visível, quer pela diferente técnica de construção empregue, sem *opus signinum* a revestir as paredes, (apenas o pavimenta, com a típica meia cana no fundo), quer pelo rombo que é efectuada no pavimento do tanque rectangular, interpretado, em fase de escavação, como a construção de um orifício de ligação e escoamento de líquidos entre as duas estruturas (Idem, 2009, p. 14).

É importante sublinhar que estruturas de características técnicas construtivas semelhantes são outras vezes associadas a instalações oleícolas, nomeadamente na *villa* de *Lo Cortijo de Los Robes*, em Jáen, sendo identificadas enquanto tais, pela presença de outros indícios, nomeadamente a existência de grandes quantidades de caroços de azeitona carbonizados, em um dos compartimentos vizinhos e pela presença de um trapetum reutilizado como contrapeso, na fase seguinte de remodelação da *villa*, datada da II metade do séc. II d. C. Ou seja, apenas a

vinculação deste tipo de depósitos hidráulicos⁷ com elementos de prensagem, moagem, armazenamento de vinho ou azeite permitem determinar com exactidão qual a sua funcionalidade (Pena Cervantes, 2009, p. 75).

A Sudeste, adossado ao tanque rectangular em *opus signinum*, detectou-se uma extensa plataforma de enrocamento, configurando um espaço com 11.90 m de comprimento por 8.40 m de largura, totalizando uma área de 99.96 m², delimitada por diferentes estruturas pétreas lineares, as quais indiciam distintos momentos de remodelação/alteração do espaço edificado original. Este maciço pétreo adjacente ao tanque rectangular, do ponto de vista construtivo caracteriza-se pela presença de pedras de pequena dimensão sobrepostas numa camada de pedras de média e grande dimensão ligadas apenas por terra. Todo o maciço está delimitado por muros de alvenaria de blocos pétreos de média e pequena dimensão afeiçoados, com excepção do muro no limite SE o qual apresenta no seu aparelho alguns silhares, o que lhe confere uma construção mais robusta. Outro aspecto a considerar no empedrado/enrocamento é a presença de um muro central à estrutura, visível na sondagem 2 (Matos, 2011, p. 32). Não foram identificados quaisquer vestígios de argamassa ou pavimento sobre o empedrado, o que, de acordo com a autora da escavação remete para um possível enrocamento para construção de uma plataforma superior, sólida para assentamento da prensa do lagar (Matos, 2011, p. 32). Nesta perspectiva aqui se desenvolveria a plataforma de prensagem, a uma cota superior, da qual apenas se conservou o dito maciço. A atentar por exemplos conhecidos e tal como era norma, neste tipo de instalações, deveria ter um revestimento impermeabilizante, tal como o *opus signinum*.

Este tipo de maciço pétreo é semelhante aos detectados, por exemplo, na *villa* romana de Freiria (Cascais), contígua ao lagar de azeite aí registado e identificado como o local onde assentaria a prensa do lagar *_torcular* (Encarnação, 2006, p. 22). Também no concelho de Serpa, na *villa* romana da Aldeia do Grilo foi identificado, contíguo ao espaço reconhe-

cido como lagar de vinho e à respectiva plataforma de prensagem, um extenso e potente estrado pétreo semelhante ao identificado em Torre Velha 7, ainda que, os elementos pétreos em questão sejam de maiores dimensões, interpretado como um enrocamento para construção de uma plataforma superior (Neves *et alii*, 2009, p. 17). De salientar a existência e a remodelação do edifício em um determinado momento e a construção de um possível espaço de armazenamento, de formato rectangular, imediatamente a Este da plataforma de prensagem.

5.1. Espólio e Cronologia de Ocupação

No panorama do espólio recolhido, na campanha de 2010 destaca-se a elevada presença de *dolium* e de tampas: as duas formas cerâmicas mais numerosas e representativas, relacionados com o tipo de contexto em que se inserem: instalações produtivas de um lagar.

O aparecimento de *dolia* neste estabelecimento atesta que se realizava uma importante actividade agrícola, ainda que desconhecemos qual o seu conteúdo. No entanto, alguns dos fragmentos de *dolium* possuíam a superfície interna pezgada, indício de que estarão relacionados com a contenção e armazenamento do vinho (Vaz Pinto, 2007 p. 98), os restantes poderão ter contido azeite. A presença de pez responde tanto à necessidade de impermeabilizar estes recipientes cerâmicos, como ao poder anti-séptico da resina. O próprio gosto desta resina chegará a converter-se em um sabor procurado pelos romanos, como evidência de um bom vinho, produzindo-se uma variedade específica, designada *picatum*, que se distingue precisamente pelo seu sabor resinado (Pena Cervantes, 2008: 32). Aliás sublinhe-se a detecção na área imediatamente a Norte do tanque semicircular de uma série de interfaces negativos circulares que parecem corresponder ao negativo da colocação de recipientes cerâmicos deste tipo.

Os restantes elementos cerâmicos recolhidos, entre os que se incluem taças da forma Drag. 37 de fabrico gálico, típica do período Flaviano, ou um segundo fragmento da mesma forma, mas de fabrico Hispânico dos ateliers do Vale do Ebro, decorado com o estilo decorativo mais típico das produções hispânicas entre os finais do século I-II d. C, ou seja, as séries de círculos concêntricos (Viegas, 2003, p. 143). Destaca-se ainda um fragmento de prato da forma Drag. 15/17 (Carvalho, 1998, p.71). Estes pratos parecem apontar para uma cronologia entre Cláudio/Nero e Vespa-

7. O volume de informação, em termos tipológicos, que se pode extrair da análise morfológica e construtiva dos *lacus* é muito limitado, dada a sua homogeneidade construtiva e diferenças de volume de capacidade, as quais variam invariavelmente de uns sítios para os outros.

siano, numa primeira fase, continuando em época Flavianiana em grande número, começando a escassear em finais do século I, sendo raros os que atingiram a época de Trajano (Carvalho, 1998, p. 71).

No que diz respeito à sigillata africana predomina em absoluto o fabrico em A, das formas Hayes 9B e Hayes 14/17, ainda que se registre um fragmento ocasional em C de um prato. As primeiras formas em africana A começaram a ser produzidas a partir da segunda metade/finais do séc. I (entre as quais se incluem as formas Hayes 6,7,8,9 A e 9 B) mas o auge da difusão destes produtos ocorreu em meados do séc. II e durante o séc. III, relacionados com o fabrico e difusão de formas como a Hayes 14, 17, 14/17 (Carvalho, 1998, p. 71). O exemplar mais tardio de sigillata africana corresponde a um fragmento de africana C da forma Hayes 50 B, um prato de dimensões variáveis, com parede extrovertida, rectilínea e bordo de lábio semicircular ou ligeiramente biselado; cujas características morfológicas, a saber: abertura e inclinação das paredes, torna-se aceitável uma cronologia de meados do séc. III (230/40-325) – IV d. C (Viegas, 2003, p.73).

Entre os contentores anfóricos recolhidos, a par de fabricos Lusitanos, minoritários no seio do conjunto estudado, dominam os contentores de fabrico Bético, nomeadamente da zona da baía Gaditana e da bacia do Guadalquivir destacando-se entre as formas reconhecidas uma Dressel 20, relacionada com o transporte e importação do azeite e do *defrutum* (Viegas, 2009, p.153), com uma cronologia de produção desde o século II, até seguramente finais do século III, de acordo com datações consulares de 275 d. C, podendo entrar dentro do século IV, ou um fragmento de bordo de uma Dressel 14 contentor habitualmente relacionado com conteúdos piscícolas e seus derivados. A ânfora Dressel 14 Bética integra-se no tipo IV de Beltrán, tendo sido identificada a sua produção na Bética, em *Calahonda* e *Motril* (Granada). Uma produção local/regional lusitana encontra-se atestada na costa algarvia, e nos vales do Tejo e do Sado. A cronologia proposta arranca no século II, prolongando-se pelo século III (Viegas, 2009, p.222). Em termos de cerâmica comum dominam os fabricos locais, idênticos a fabricos registados na jazida Torre Velha 1. Quanto à morfologia a maioria das formas de cerâmica comum reporta-se à estação arqueológica de São Cucufate (Vidigueira). Destaca-se um amplo conjunto que oscila sob a designação de pote/panela de bordo em aba ho-

rizontal por vezes ligeiramente oblíquo, cujas cronologias apontam para o Alto, mas também para o Baixo-Imperio. De referir ainda as bilhas da forma XII-A-2 (Vaz Pinto, 2003, p. 67), bilhas de bordo oblíquo evasado formando face interna oblíqua, colo estreito e asa vertical, as quais surgem com diferentes cronologia, consoante as jazidas arqueológicas, facto normal ao tratar-se a cerâmica comum, uma vez que o longo arco temporal de fabrico das formas de cerâmica comum conduz a que a mesma forma, em diferentes jazidas, se registre em contextos temporais distintos. Assim, na Ilha do Pessegueiro, esta forma surge em níveis do século II d. C, enquanto na Olaria do Pinheiro (Alcácer do Sal) apenas se regista em níveis do século III d. C. Por sua vez em São Cucufate surge indiscriminadamente nos níveis Alti-imperiais e Baixo-Imperiais. Entre o espólio registre-se ainda a presença de formas em cerâmica comum com cronologias mais tardias, baseadas em paralelos, que podem atingir os séculos V e VI d. C, nomeadamente em Milreu e Cerro da Vila (Teichner, 2008, p. 498).

Os trabalhos de escavação e estudo do espólio permitiram balizar uma ocupação compreendida pelo menos entre a 2.ª metade do séc. I d. C e o séc. V d. C (Matos, 2010; Nunes da Ponte, 2010).

Em termos de análise do sítio, o tipo de estruturas identificados indica que nos encontramos perante um local de trabalho, produção e armazenamento de cariz agrícola. Como escrevemos anteriormente, no espaço escavado a potência estratigráfica era diminuta e está evidenciada a existência de várias fases de construção/reformulação dos espaços cuja adscrição cronológica não é fácil. Todavia o que conhecemos do sítio autoriza a reconhecer, o local, pelo menos no Baixo-Imperio como um centro de armazenagem e transformação de produtos, na órbita da *villa* romana da Torre Velha 1, integrando o seu *Fundus*.

6. NECRÓPOLES – TORRE VELHA 13

Durante os trabalhos de execução da rede viária do Bloco de Brinxes-Enxoé identificou-se uma necrópole de inumação, designada Torre Velha 13, escavada pela empresa Arqueologia e Património, sob a direcção de Lídia Baptista (Baptista *et alii*, 2010). A necrópole implanta-se, nas traseiras do actual monte da Torre Velha, a meia encosta, virada a Sul, entre os Barrancos da Laje, Oeste e o Barranco da

Torre imediatamente, a Oeste. Desenvolvia-se em dois núcleos: um primeiro, mais próximo do topo do cabeço com sepulturas de orientação predominantemente NE-SW e um segundo núcleo, próximo do Barranco da Torre, com sepulturas maioritariamente orientadas W-E (Baptista, *et alii*, 2010). Os dois núcleos distam entre si cerca de 100 m, sem que tenha sido possível avaliar a sua real dimensão e extensão (Idem).

No total intervencionaram-se 19 sepulturas de inumação, registando-se o emprego único deste tipo de ritual. Ainda se identificaram mais três sepulturas, as quais não foram escavadas, uma vez que não seriam afectadas pela construção do referido caminho (Idem). Quanto ao tipo de sepulturas, os autores, destacam a presença de 4 sepulturas com telhado de duas águas feito com tégulas, 10 sepulturas cobertas horizontalmente com tégulas, 1 cista em tégula e 4 sepulturas de tipologia indeterminada (mas, nas quais foi possível verificar o uso de tégulas como elementos construtivos das sepulturas). Cremos que os autores se referem às sepulturas em fossa de formato aproximadamente rectangular ou sub-rectangular escavadas no substrato geológico, por vezes com paredes revestidas a tégulas e outros elementos pétreos, outras utilizando ou reutilizando as tégulas enquanto elemento de cobertura dos covachos. A esta tipologia deverão corresponder as sepulturas n.º 2 e 15, visíveis nas fotografias disponíveis. Uma outra curiosidade em termos de tipologia de enterramento levantou-nos a sepultura n.º 17, pois, surge na zona de cabeceira um ímbrice (Baptista, Pinheiro, Rodrigues, 2010), a qual, poderá ser um indício de uma incipiente antropomorfização da sepultura, dado que habitualmente surge em contextos de enterramentos mais tardios, relacionada com rituais cristãos (Inácio, 2006, p. 56). Esta solução, a título de exemplo, é utilizada em algumas sepulturas de orientação O-E da necrópole de Morgado das Taipas em Algoz (Inácio, 2006, p. 56), mas também se observou na necrópole tardia escavada recentemente em 2015, pela empresa Arqueologia e Património, no sítio Horta do Pombal, Beja (CNS6034), associada à *villa* com o mesmo nome. Também na necrópole da Laje do Ouro, Crato ou do Casal do Rebolo em Sintra se verifica a utilização de ímbrices ou pedras sobre a cabeça do defunto (Gonçalves, 2011). Desta forma muitas vezes são colocados, no interior das sepulturas, vários tipos de “calços” ou “almofadas” em pedra ou ladrilho, sob o crânio, ou

ladeando-o, para que o indivíduo sepultado possa manter a cabeça a mais direita possível, evoluindo posteriormente para sepulturas de forma antropomórfica, com a cabeça e os ombros bem marcados, impossibilitando o descair do crânio, relacionado com o culto cristão, por se adaptar à crença de ressurreição final (Inácio, 2006, p. 71).

Em termos de preservação do espólio ósseo, apenas em 6 sepulturas se conservava o esqueleto, ainda que com graus de preservação distintos. Os enteramentos foram depositados em decúbito dorsal, com os membros superiores (quando preservados) estendidos e paralelos ao corpo (notando-se ligeiras flexões) e os membros inferiores estendidos e paralelos entre si em decúbito dorsal (Idem) Quanto ao espólio associado às inumações, as “oferendas” correspondem a vasos cerâmicos de fabrico comum (pratos, potes, potinhos), lucernas e um fundo em vidro de forma indeterminada. Estes elementos, de acordo com os autores, enquadram-se numa cronologia entre os séculos I e III d.C. (Baptista *et alii*, 2012, p.752), Ainda no que concerne às oferendas votivas associadas às inumações, salientávamos o caso da oferenda da sepultura 15, u.e. [1503], a qual deverá corresponder a forma III-A-4 de São Cucufate (Vaz Pinto, 2003, p. 232; fig. 120). De acordo com esta autora trata-se de uma forma de tigela carenada, de parede apumada, que poderá ser inspirada na forma Hayes 14 de Sigillata clara A, com uma cronologia sugerida, desde meados do século II até ao século III (Idem: 232). Em São Cucufate a distribuição desta forma pelos vários horizontes, demonstra que esta só aparece a partir do horizonte 3, onde a presença é mais forte e nos horizontes 4 e 6, apontando para que se trate de uma forma, que emerge apenas nos finais do Alto-Império, ou mesmo no Baixo-Império, sendo mais típica da primeira metade deste último período (Vaz Pinto, 2003: 233). Em Valdoca (Aljustrel) e nas necrópoles da região de Elvas surge em contextos cuja datação global atinge os finais do século III (Idem). Na olaria da Quinta do Rouxinol, surge maioritariamente em contextos datados do século III ao século V d. C (Santos, 2011, est.VI, 61). Quanto ao potinho da figura 10B, a ausência de bordo impede uma classificação mais precisa, no entanto enquadram-se genericamente no tipo «potinho» da olaria do Seixal, onde surgem dois fundos muito semelhantes ao exemplar da Torre Velha 13 (Santos, 2011, est. XXV, 2-3-B, p. 86), recolhidos em contextos do século III ao século V d. C

(Idem). Quanto ao potinho da figura 10 C, corresponde à forma XII 2.1.B da Ammaia descrita como um potinho/púcaro de bordo extrovertido formando aba oblíqua soerguida alongada, lábio biselado ou alongado colo pronunciado formando garganta interna, com ligeiras caneluras ao nível do ressalto do colo e zona do ombro com asa vertical a arrancar ao nível do bordo, com perfil esférico com aperto na zona superior, envasado, fundo de base plana levemente alargada e assentamento discoidal (Silva, 2015, est. LXXXI, N.º 479). Este tipo de potinhos proveniente da Porta Sul e da zona das termas atesta cronologia da segunda metade do século V (Silva, 2015, 233), com paralelos desde São Cucufate, Conimbriga, Egítânia ou Mérida (Idem).

Do enunciado sublinhe-se a existência de dois núcleos de enterramento, próximos entre si, mas com discrepâncias ao nível da orientação dos defuntos. A questão da variação da orientação dos defuntos é uma das constantes observadas no mundo romano, a qual ainda não encontrou uma resposta unânime (Cunha, 2008, p. 51). Das diferentes possibilidades normalmente propostas (existência de um caminho prévio, relação com o trajecto do sol consoante o ano, características geológicas do terreno, relação com uma crença ou ritual específico, nenhuma parece abarcar todas as realidades funerárias conhecidas no mundo romano (Cunha, 2008, p. 51).

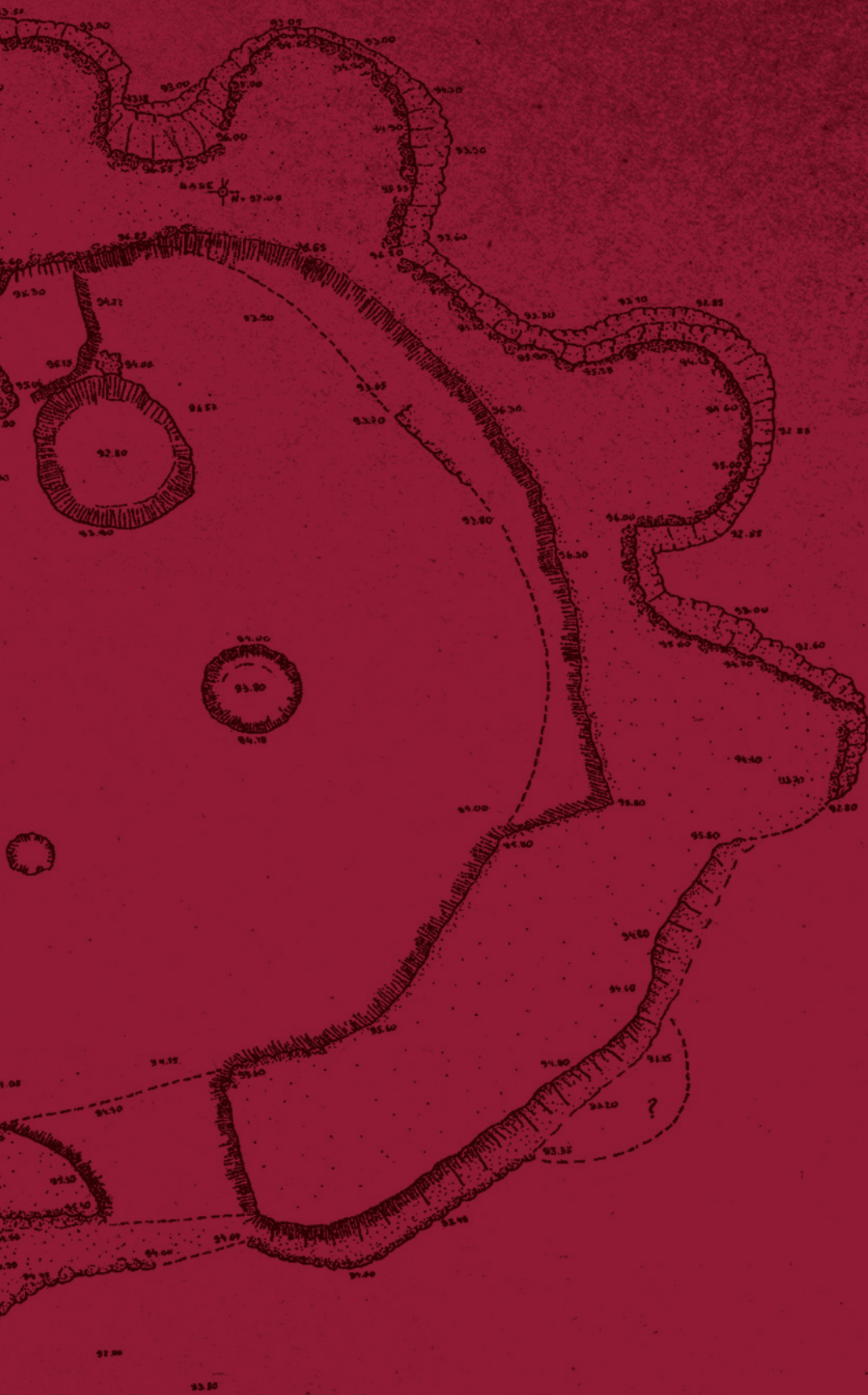
Certos autores baseados em estudos de necrópoles romanas da região de Valência, propõem a existência de uma predominância nas orientações Norte-Sul em período *Alti Imperial*, existindo a partir dos séculos III-IV d. C cada vez mais orientações Este-Oeste, tornando-se esta exclusiva nos séculos VI-VII d. C (González Villaescusa, 2001, p. 19). Em Portugal, no Alto Alentejo, no caso da necrópole da Silveirona (Estremoz), a maioria das sepulturas orientam-se Noroeste-Sudeste ou Oeste/Noroeste a Este/Sudeste, independentemente das suas datações. No entanto, as sepulturas cujo espólio é datado do século III d. C em diante e cuja orientação é conhecida, são unicamente orientadas a Oeste-Noroeste e Este-Sudeste ou Este-Oeste (Cunha, 2008, p. 51), o que poderá abonar a favor dos estudos da região de Valência. Na zona de Córdoba, na necrópole de *El Ruedo* bem como na necrópole de *Boatella*, as sepulturas, com cobertura de tégulas planas em posição horizontal são datadas da primeira metade do século III e o final da primeira metade do século IV (Carmona Berenguer, 1991: 155),

a mudança da orientação das sepulturas Norte-Sul, também será um dado cronológico, já que esta orientação, perdura até o século IV, momento no qual é substituída pela orientação Este-Oeste de influência cristã (Carmona Berenguer, 1991, p. 53). A cronologia proposta para a necrópole de *El Ruedo*, com várias fases de utilização, situa-se no marco da cultura tardo-romana, com uma data de funcionamento compreendida desde os inícios do século IV, perdurando até aos finais do século VI d. C, podendo inclusive alcançar os princípios do século VII d.C. Segundo a mesma autora a composição e morfologia das sepulturas: coberturas, fossas, tipo de enterramento, orientação, repete-se em necrópoles tardo-romanas, datando as sepulturas revestidas com ladrilhos ou as de cobertura de tégulas planas no século IV, enquanto as sepulturas com coberturas de lousas toscas remetem para o século V (Carmona Berenguer, 1991: 158).

A escavação de Torre Velha 13 demonstrou a existência de dois núcleos de sepulturas afastados entre si em cerca de 50 m, demonstrando uma diversidade de técnicas construtivas empregues, quer na construção da sepultura em si, que na estrutura de cobertura. A mesma diversidade é patente nas orientações das sepulturas, bem como no binómio presença / ausência de espólio. Como corolário, creio que a cronologia proposta para o período de vida útil da necrópole deveria ser alargada, pelo menos até ao século V d. C e a data do seu início (a avaliar pelo tipo de enterramentos e ritual) avançada até ao século II d. C. A prática da inumação está documentada em algumas necrópoles desde datas precoces, mas no entanto é apenas no século II d. C que se dá a expansão e a adopção generalizada desta prática nas províncias ocidentais do império, com uma fase de transição que se manifesta na coexistência, no mesmo espaço cemiterial, dos dois rituais (incineração e inumação), entre o século II e o III d. C (Gonzalez Villaescusa, 2001, p. 77).

BIBLIOGRAFIA

- ANNAERT, Rica (2007) – La Nécropole Mérovingienne de Broechem (VI e-VII e siècle), (Ranst, province d'Anvers, Belgique), Um primeier billan des fouilles, in Laurent VERSLYPE (dir.) – *Villes et campagnes en Neustrie - Sociétés – Economies – Territoires – Christianisation (Actes des XXVe journées internationales d'Archéologie Mérovingienne de l'AFAM, 2007)* pp. 312-340.
- ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFÍRIO, Eduardo e SERRA, Miguel (2009) – *Torre Velha 3. Relatório Final (2ª fase). Minimização de Impactes sobre o Património Cultural decorrentes da Construção da Barragem da Laje (Serpa)*. Relatórios Palimpsesto 2009.
- ALVES, Catarina; COSTEIRA, Catarina; ESTRELA, Susana; PORFÍRIO, Eduardo; Serra, Miguel (2014) – Análise Preliminar dos Contextos da Antiguidade Tardia do Sítio Torre Velha 3, (Barragem da Laje, Serpa), in 4.º *Colóquio de Arqueologia do Alqueva, o Plano de Rega (2002-2010)*. Beja: EDIA (Memórias de Odiana, 2.ª Série, Estudos Arqueológicos de Alqueva), pp. 203-2011.
- AREZES, Andreia (2011) – *Elementos de Adorno Alto-Medievais em Portugal (S.V-VIII)*, Dissertação de Doutoramento, edição fotocopiada apresentada à Faculdade de Letras do Porto.
- ARINO GÍL, Enrique (2006) – Modelos de Poblamiento Rural en la Provincia de Salamanca entre la Antigüedad Tardia y la Alta Edad Média, In *Zephyrus*, 59, Salamanca: Ediciones de la Universidad, pp. 317-337.
- BARRAGAN VALENCIA, Maria Carmen (2002) – Arqueologia da Morte, Espacios e Usos funerários en época romana e tardoantiga. In Vaquerizo, D. (ed.) *Espacio y Usos Funerários en el Occidente Romano: actas del Congreso Internacional*. Cordova, vol.2, pp. 141-201.
- CARMONA BERENGUER, Silvia (1990) – La Necropolis Tardorromana de El Ruedo, Almedinilla, Córdoba, *Annales de Arqueologia Cordobesa*, n.º 1, Córdoba, Universidad de Córdoba, pp. 155-172.
- CHAVARRIA ARNAU, Alexandra (2007) – *El Final de Las Villae en Hispania (siglos IV-VIII)*, Bibliothèque de l'Antiquité Tardive, 7, Brepols, Turnh.
- GARCÍA ENTERO, Virginia (2006) – “Los balnea de las villas tardoantiguas en Hispania”, *Villas tardoantiguas en el Mediterráneo occidental* (CHAVARRIA et alii), Anejos de AespA XXXIX, 97-111, Madrid.
- ENCARNAÇÃO, José; CARDOSO, Guilherme (1995) – A villa romana de Freiria, cascais, e o seu Enquadramento Rural, *Separata da Revista de Arqueologia da Assembleia Distrital de Lisboa*, 2, (Lisboa, 1995), pp. 51-62.
- INÁCIO, Isabel (2005) – *A necrópole de Vale de Condes. Alcoutim no contexto da antiguidade tardia do Algarve*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Lisboa. Lisboa: Policopiado.
- ROIG BUXO, Jordi (2013) – Silos, poblados e iglesias: almacenaje y rentas en época visigoda y altomedieval en Cataluña (siglos VI al XI), *Horrea, Barns and Silos: Storage and incomes in early medieval europe / coord. Alfonso Vigil-Escalera Guirado, Giovanna Bianchi*, pp. 145-170.
- LOPES, Maria Conceição (2003) – *A cidade romana de Beja – Percursos e debates acerca da “civitas” de Pax Iulia*, Coimbra.
- PEÑA CERVANTES, Yolanda (2009) – Aportaciones al Conocimiento de la Evolucion de la Veja Baja de Toledo, Estudio preliminar de la excavation de la parcela R.3, *Espacio, Tiempo y Forma*, série 2 (Madrid, 2009), pp. 157-175.
- VIGIL ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2006) – Primeros pasos hacia el análisis de la organización interna de los asentamientos rurales de época visigoda, J. MORÍN (ed.), *La investigación arqueológica de la época visigoda en la Comunidad de Madrid, Zona Arqueológica 8*, Vol. II, Alcalá de Henares. pp. 366-373,
- VIGIL ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2007) – Granjas y aldeas altomedievales al Norte de Toledo (450-800 d.C.), *Archivo Español de Arqueología*, 80, pp. 239-284.
- VIGIL ESCALERA GUIRADO, Alfonso (2013) – Comunidad política aldeana y exclusión. Una revisión de las formas de inhumación altomedievales (ss. V-VIII d.C.) *Reti Medievali Rivista*, 14, 1 Firenze University Press.



Patrocinador oficial